

brasilia



**COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO
BRASIL — NOVACAP**

(Criada pela Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956). Sede: Brasília.
Escritório no Rio, Av. Almirante Barroso, n.º 54 — 18.º andar.

DIRETORIA

Presidente:

Dr. Israel Pinheiro da Silva.

Diretores:

Dr. Bernardo Sayão de Carvalho Araujo.

Dr. Ernesto Silva.

Dr. Iris Meinberg.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Dr. Israel Pinheiro da Silva.

Membros:

Dr. Adroaldo de Junqueira Aires.

Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho.

General Bayard Lucas de Lima.

Dr. Epilogo de Campos.

General Ernesto Dornelles.

Dr. Erasmo Martins Pedro, secretário.

CONSELHO FISCAL

Membros:

Dr. Herbert Moses.

Dr. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves.

Major Mauro Borges Teixeira.

Dr. Vicente Assunção, suplente.

Publicação Mensal da **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA
CAPITAL DO BRASIL** — Toda correspondência:

Divisão de Divulgação da **NOVACAP** — Av. Almirante Barroso, 54
— 18.º andar — Rio de Janeiro.

NOSSA CAPA — O General Francisco Higino Craveiro Lopes, presidente de Portugal, ao pé do Cruzeiro, em Brasília, e altas autoridades civis e militares, ouvem explicações do Dr. Israel Pinheiro, presidente da **NOVACAP**.

Porque se impõe a mudança da Capital

Israel Pinheiro, presidente da Novacap

A idéia da mudança da capital para o interior do país é velha de quase dois séculos. Já pugnavam por ela os inconfindentes mineiros, pretendendo, acima de tudo, afastar a capital das agitações de um pórtio marítimo. Na primeira Constituinte, logo após a Independência, em 1823, o Patriarca José Bonifácio, com genial intuição do nosso futuro, estudou o problema e sobre ele escreveu uma memória acêrca da necessidade e dos meios de edificar a capital no interior. Já em 1891, na Assembléia Constituinte que fixou as bases do nosso destino republicano, Tomás Delfino, ao termo de longo e inflamado discurso, exclamava: "Como podem as aspirações do Estado e a vontade nacional chegar aos Poderes Legislativo e Executivo aprisionados numa grande cidade, se encontram diante de si a formidável barreira de multidões que um instante de paixão faz tumultuar?"

A Constituição de 1946 adotou a tese da transferência sem nenhuma oposição, refletindo uma reivindicação cristalizada na opinião pública. Também sem oposição se concluíram os atos que dinamizaram o preceito constitucional. Ontem, como hoje, a interiorização da capital da República apresenta-se como um imperativo das nossas peculiaridades históricas, geográficas, econômicas, políticas, financeiras e sociais.

Na hora presente, mais do que nunca, a transferência da capital se impõe como uma verdadeira libertação do governo federal das forças negativas e exclusivistas que lhe tolhem os movimentos construtivos. O atual Distrito Federal lutou denodadamente pela sua autonomia; contudo, mais do que esta cidade, quem precisa de autonomia é o governo nela enclausurado. Tem que libertar-se a administração central do país da depressiva atmosfera ambiente, carregada de interesses particularistas e de grupos. Libertar-se da miragem de uma civilização magnífica, realmente um orgulho para todos nós, mas que é uma amostra apenas, no panorama geral da realidade brasileira.

A mudança se impõe como uma legítima retomada da nossa vocação bandeirante, uma nova arranca-

da para o interior, capaz de dilatar o nosso domínio econômico e criar uma nítida consciência de integração nacional. Ela se impõe, ainda, como um vigoroso impacto psicológico, para libertar o interior prostrado por tantos anos de sofrimento, revigorando-lhe as reservas de coragem e confiança. A presença de D. João VI no Brasil colono, despertando a alma negativa e abrindo ao povo explorado a consciência de sua própria força, preparou o caminho da Independência. A presença do governo federal em Brasília terá para o interior a mesma significação: como a Independência libertou o interior da exploração da metrópole, a mudança do governo libertará o interior da escravização econômica do litoral, despertando a confiança e a coragem das suas populações e abrindo caminho a uma nova independência.

A mudança se impõe, finalmente, a bem do próprio litoral, porque dará ao seu grande parque fabril uma sólida retaguarda agrícola, garantindo as fontes de abastecimento e a criação de novos mercados. É, com efeito, uma obra desbravadora, mas principalmente de consolidação nacional.

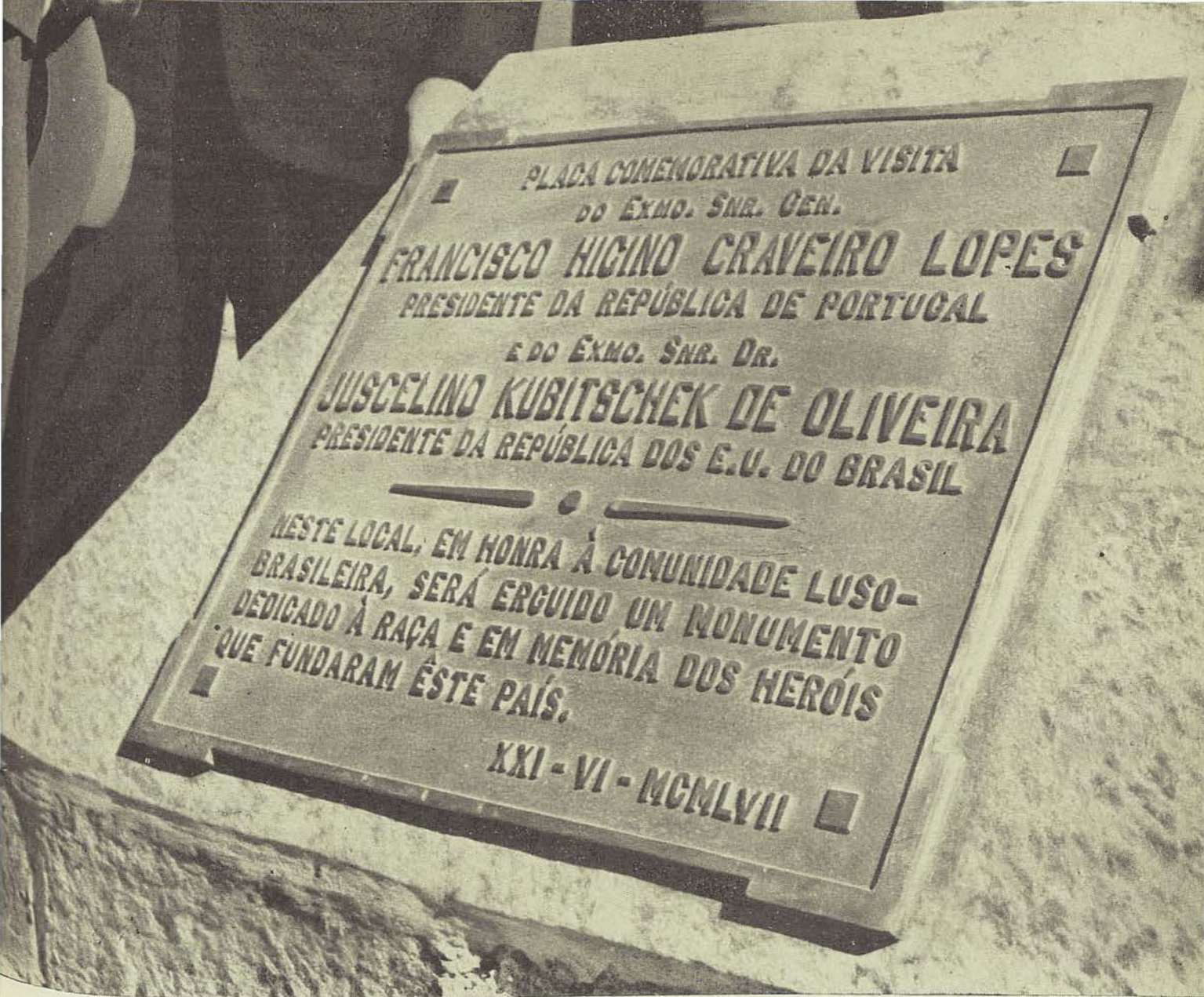
Sem embargo da má vontade dos derrotistas, dos que são contra tudo e contra todos, dos pessimistas que não têm confiança no Brasil, dos que subestimam o interesse nacional ou condicionam às próprias conveniências, a mudança da capital está de tal modo arraigada na opinião pública e tão bravamente defendida pelos 50 milhões de brasileiros do interior, que, em menos tempo do que se espera, a capital federal em Brasília será uma realidade.

O Presidente Juscelino Kubitschek lidera com tanto entusiasmo e decisão a batalha da mudança da capital porque viveu de perto todo drama da desigualdade brasileira. Nascido na zona mineral, numa cidade em decadência, mas que conheceu o antigo fastígio do ouro e do diamante, Governador por cinco anos de um Estado central, ele bem sentiu a necessidade de nivelamento nacional, da libertação do governo e do estímulo às populações do interior. Esse ato do seu governo será sem dúvida o marco de uma nova civilização brasileira.

6112571d

Brasília recebe o Presidente Craveiro Lopes





Brasília viveu horas de intensa vibração cívica com a presença do general Craveiro Lopes, presidente da República Portuguesa, o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar a nova capital do Brasil, e que fez questão de incluir no seu programa triunfal esse itinerário histórico.

A recepção

O presidente de Portugal desceu do "Viscount", no aeroporto de Brasília às 18,30hrs, vindo diretamente de Porto Alegre, num voo de três horas e meia de duração. Ali era esperado pelos chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, respectivamente Sr. Victor Nunes Leal e general Nelson de Melo, o governador do Estado de Goiás, Sr. Pedro Ludovico, o presidente da NOVACAP, Sr. Israel Pinheiro, os diretores administrativos, Srs. Ernesto Silva, Iris Meinberg, Bernardo Sayão, e outras autorida-

des civis e militares. Grande número de fazendeiros da região, além dos milhares de trabalhadores e moradores de Brasília, compareceu ao aeroporto para dar as boas vindas da jovem cidade ao General Craveiro Lopes. O Presidente Juscelino Kubitschek não pôde estar presente à recepção, por se encontrar enfermo, de repouso no Palácio Provisório, para onde imediatamente se dirigiu o general Craveiro Lopes, após cumprimentar as autoridades que o aguardavam no aeroporto. Acompanhavam o presidente de Portugal o ministro Paulo Cunha, o embaixador Álvaro Lins e outras altas personalidades da sua comitiva.

Às 21 horas foi servido o jantar ao ilustre hóspede. Em seguida houve um programa musical, constante de números folclóricos. Nessa mesma noite os srs. Juscelino Kubitschek e Craveiro Lopes tiveram oportunidade para uma demorada conferência sobre assuntos de interesse dos dois países irmãos.

Um monumento dedicado à Raça e aos Heróis portugueses será erguido na nova capital

Na manhã seguinte, em avião da Força Aérea Brasileira, o presidente de Portugal retornou ao aeroporto de Brasília, procedente do local onde se encontra instalado o Palácio Provisório, para assistir a uma demonstração de paraquedismo.

O salto — primeiro que se verifica na região, foi realizado por uma unidade de 33 homens do Núcleo da Divisão Aero-Terrestre, com sede no Rio, e sob o comando do Cel. Augusto Scherer de Abreu. O Chefe de Estado português observou atentamente a demonstração, comentando-a em todos os seus detalhes técnicos.

Placa comemorativa

Em seguida o general Craveiro Lopes dirigiu-se para o mesmo local em que foi oficiada a Primeira Missa em Brasília, o Cruzeiro, a fim de inaugurar ali uma placa comemorativa de sua visita à nova capital. Nessa placa estão gravados os seguintes dizeres:

"Placa comemorativa da visita do Exmo. Sr. general Craveiro Lopes, presidente de Portugal, e do Exmo. Sr. Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil. Neste local, em honra à comunidade luso-brasileira, será erguido um monumento dedicado à Raça e em memória dos heróis que fundaram este país. 21-6-1957".

Falando, na oportunidade, em nome do presidente Juscelino Kubitschek, o Sr. Victor Nunes Leal disse que "Brasília é o solo redescoberto do Brasil" e que aquele era o encontro altíssimo da excurção grandiosa do presidente Craveiro Lopes às terras do Brasil. "A influência de Brasília — acentuou o chefe do Gabinete Civil — se irradiará por todo o país". E finalizou: "Neste sítio, coração do Brasil, será erguido o monumento que representará a firmeza dos laços que formam a comunidade luso-brasileira".

Agradecendo, falou a seguir o presidente Craveiro Lopes. Inicialmente, externou sua satisfação em visitar Brasília, revelando que ao ser organizado o programa de visitas para a sua viagem ao Brasil, logo lhe nasceu a idéia de conhecer a futura capital do nosso país. "Vim aqui — disse — para firmar o nome de Portugal, no local onde se erguerá uma grande cidade".

Finalizou com as seguintes palavras: — As gerações que hão de vir, ao passar neste local, terão consciência do ato que ora se está realizando".

Hospital do I.P.P.I.

Após as cerimônias realizadas no Cruzeiro, o General Craveiro Lopes inaugurou o Hospital do Instituto dos Industriários, destinado a atender aos trabalhadores que estão construindo a nova capital. Em seguida, percorrendo tôdas as obras que se realizam em Brasília, visitou o restaurante do SAPS e as obras do Palácio Alvorada, onde se instalará o governo da República.

Nova romaria

Tal como ocorreu quando da solenidade da Primeira Missa, a presença do general Craveiro Lopes em Brasília atraiu à cidade numerosas pessoas de diversos pontos do Estado de Goiás, que ali chegaram em ônibus, caminhões e tôda sorte de veículos. O presidente de Portugal foi solicitado a conceder autógrafos, atendendo aos populares de bom grado.

Despedida

Concluído o programa de visita à Brasília o general Craveiro Lopes dirigiu-se ao Palácio Provisório, a fim de apresentar suas despedidas ao presidente Juscelino Kubitschek, voando, em seguida, para a cidade de Manaus.





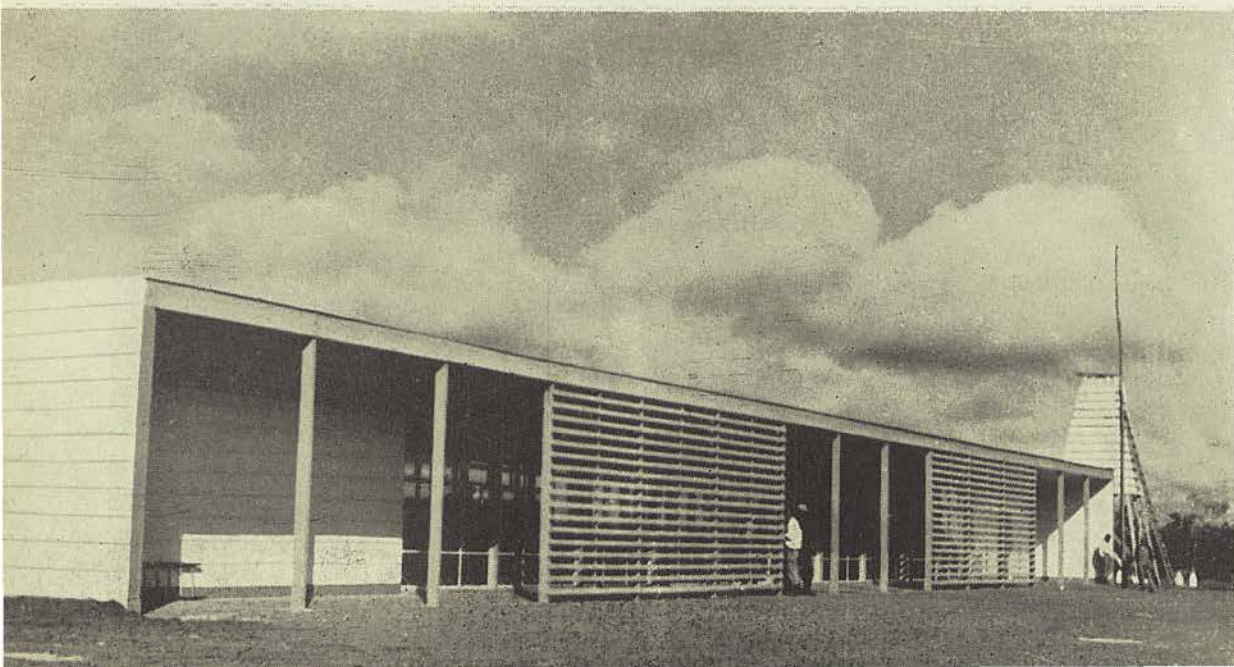
1 O general Craveiro Lopes distribui autógrafos.

2 Em companhia do Dr. Israel Pinheiro, o presidente de Portugal visita as obras de Brasília.





1



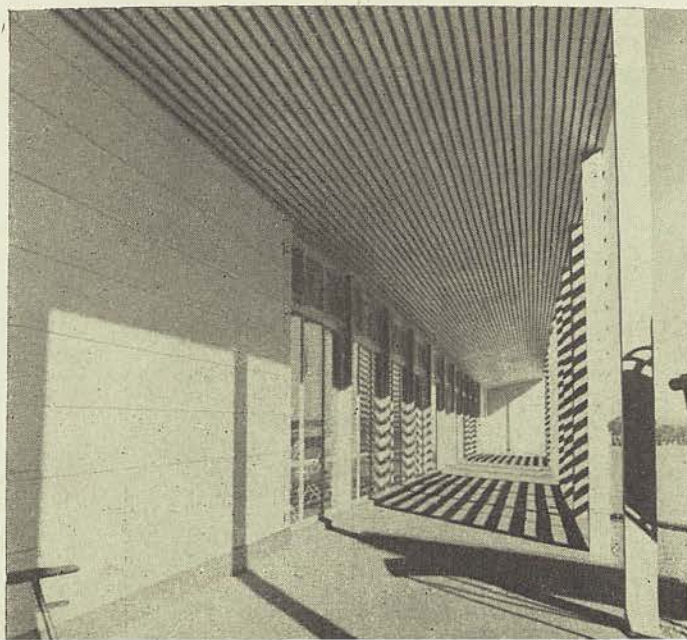
3



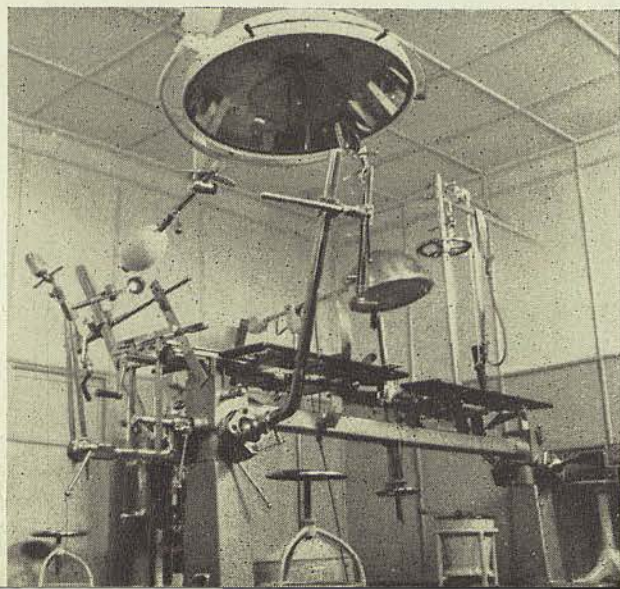
2

A marcha da construção de Brasília

- 1 Obras da futura praça dos Três Poderes, com o prosseguimento da Avenida Monumental.
- 2 Cruzamento da Avenida Monumental com o Eixo Rodoviário de Brasília.
- 3 Estação de passageiros do aeroporto de Brasília.
- 4 Interior da estação de passageiros do aeroporto.



4

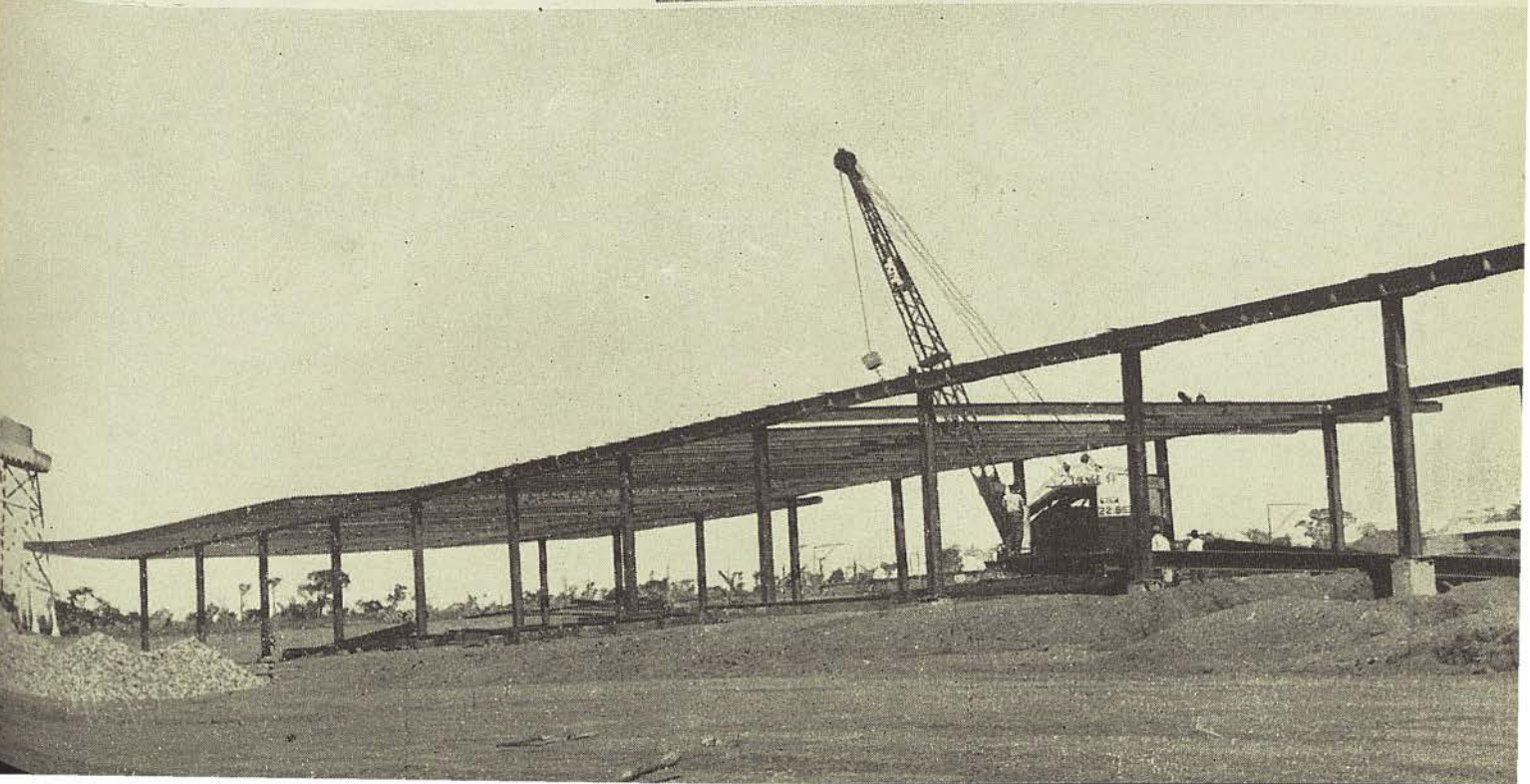
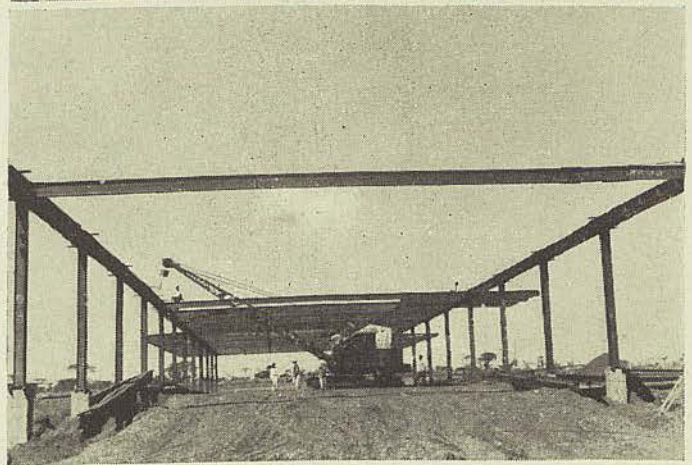
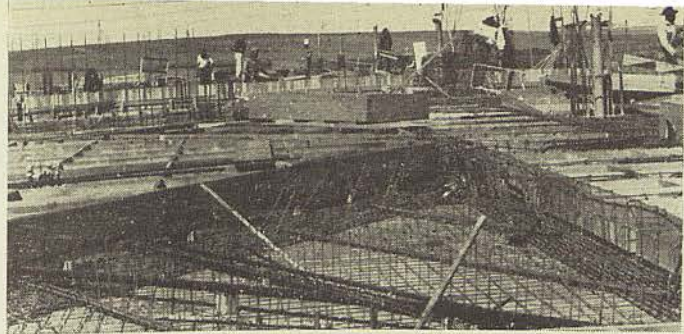


6

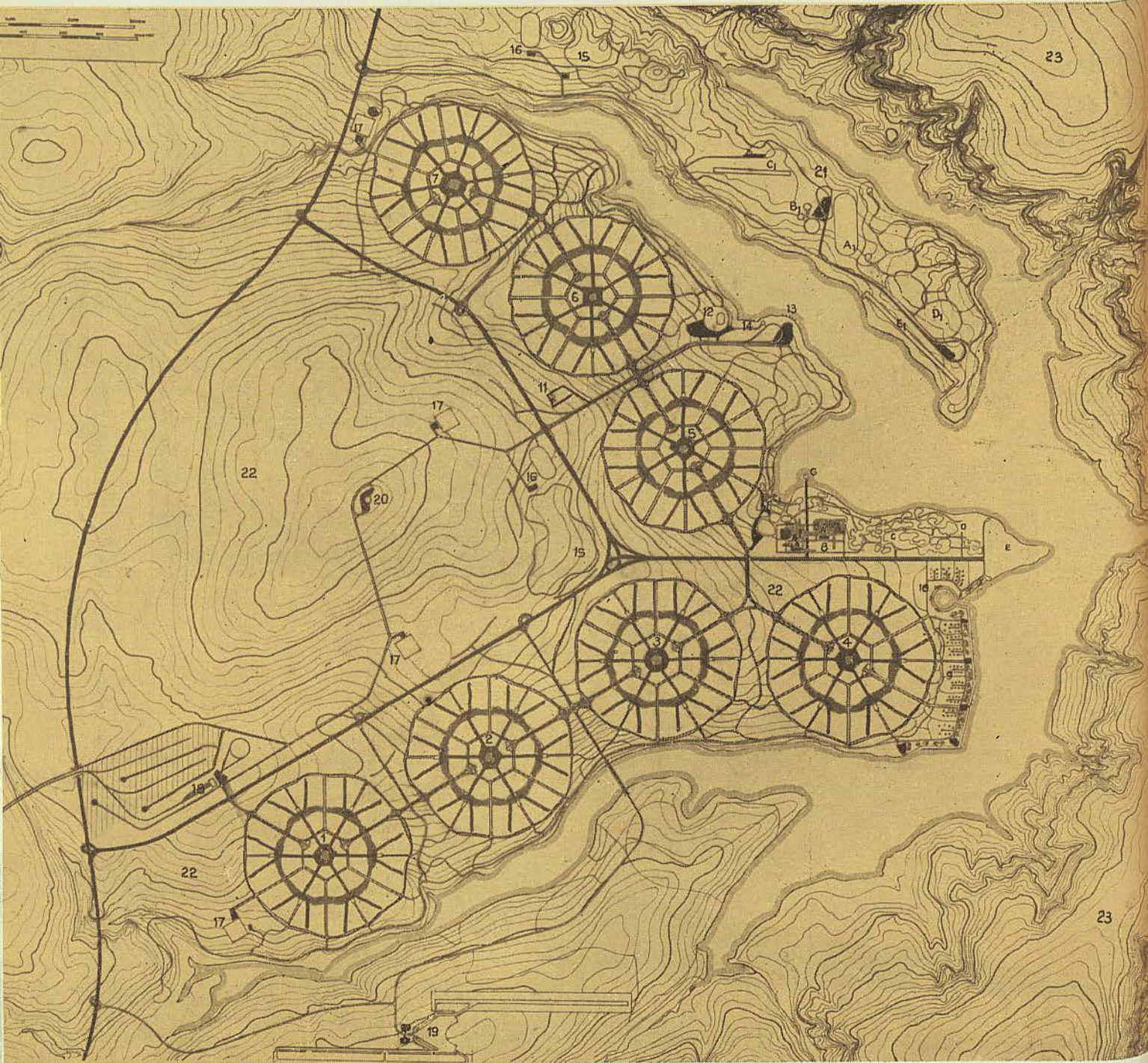
5 Várias fases das obras do Palácio Residencial do Presidente da República.

6 Sala de cirurgia do Hospital do I.A.P.I., recentemente inaugurado.

7 Armação do Hotel de Turismo de Brasília, em estruturas metálicas. Ficará pronto no 1.º semestre de 1958.



O projeto dos M.M.M. Roberto para o Plano Pilôto de Brasília



Prosseguindo em nosso programa de publicar resumos mais circunstanciados dos trabalhos premiados no concurso para o Plano Piloto da nova capital federal, apresentamos hoje apanhado do excelente trabalho dos arquitetos M.M.M. Roberto, coadjuvados pelo engenheiro Paulo Novaes, e por toda uma equipe de estudiosos dos problemas de urbanismo.

Tomaram os Roberto o partido de uma "Metrópole Polinuclear" procurando solucionar o problema do aumento da população de Brasília sem desfigurar a personalidade básica da cidade, mediante um conjunto de unidades urbanas, cada uma planejada para abrigar no máximo setenta e dois mil habitantes, além de um Parque Federal reunindo os principais edifícios do governo federal. Crescendo a população metropolitana, aumentaria, não a população de cada núcleo, porém o número deles. Entretanto, segundo o plano Roberto, a população ideal da capital seria de 630.000 habitantes — 126 por quilômetro quadrado, densidade que consideraram ótima tendo em vista as condições ecológicas locais — podendo ser aumentada, sem grandes prejuízos, para cerca de novecentos mil habitantes; o limite máximo estabelecido é da ordem de 1.260.000 habitantes, população acima da qual, segundo o projeto, registrar-se-ia "severa deterioração das condições de vida".

Personalidade urbana

Segundo os autores do projeto, "a maioria das cidades de hoje constituem produtos acabados de ideais barracos. Sua arquitetura denota, sobretudo, preocupação pela exibição de poder militar e econômico. Para além de um conglomerado desordenado de edifícios monumentais e de avenidas, estende-se uma vasta massa de população, acumulada ao Deus dará, sem a menor preocupação pelas condições necessárias a uma sociedade satisfatória. Procuramos planejar a capital de uma Nação que coloca os verdadeiros valores humanos acima do exibicionismo tolo e da descuidada complicação mecânica. Uma cidade para cidadãos, não para escravos ou "robots". Não houve preocupação de imitar outras capitais, pois pareceu-nos mais apropriado levar em conta nossas próprias realizações, e considerar o futuro, de preferência a apenas copiar o passado. O plano leva em consideração a conveniente integração da urbe com a região adjacente. Eis por que cuidamos de preservar os recursos naturais e o equilíbrio econômico de toda a área do Distrito Federal. Infelizmente, trata-se de uma área geométrica arbitrária, que não corresponde a uma região natural. Dentro dessas limitações, uma solução ideal não seria possível".

Dimensões e População

O projeto procura estabelecer as dimensões aproximadas da capital, porém, considerando a situação atual, com a rápida expansão da população brasileira, preferiu não planejar dentro de limites absolutamente rígidos. Adotou assim, uma estrutura que permite um aumento de cerca de cem por cento do plano inicial, sem que seja por isso destruído o sistema urbano. Segundo seus planejadores, o projeto valerá por 50 anos, talvez por um século.

Diz o plano: "o controle da expansão urbana e a manutenção de sua estabilidade estrutural é fundamental. O rápido crescimento inicial deve ser orientado de tal maneira que uma população equilibrada seja mantida em qualquer eventualidade. Após alcançada a fase "inaugural", o crescimento ainda será muito rápido, até o "acabamento" da cidade. Um pouco antes desse ponto, o crescimento natural da população começará a exceder as necessidades e uma política territorial e demográfica deverá ser executada, de maneira a orientar rumo de novas cidades o excedente populacional. Tal política, aliás, impõe-se para todas as nossas grandes cidades e esperamos que antes do "acabamento" da nova capital representará uma realidade. Como ponto de partida para a determinação do tamanho conveniente, consideramos as necessidades do governo federal em termos de pessoal. Cuidadosa análise do funcionalismo federal indicou um total provável de oitenta mil servidores a serem localizados na capital. Tal número representa um mínimo, dentro do propósito almejado de evitar, tanto quanto possível, a concentração metropolitana". Fica atribuída ao funcionalismo uma proporção de 37% sobre a população total da cidade. Procure-se afastar qualquer atividade industrial que não se relacione com a mera manutenção ou com a produção de artigos de consumo local imediato. A população total, de 630.000 habitantes, foi distribuída da maneira seguinte:

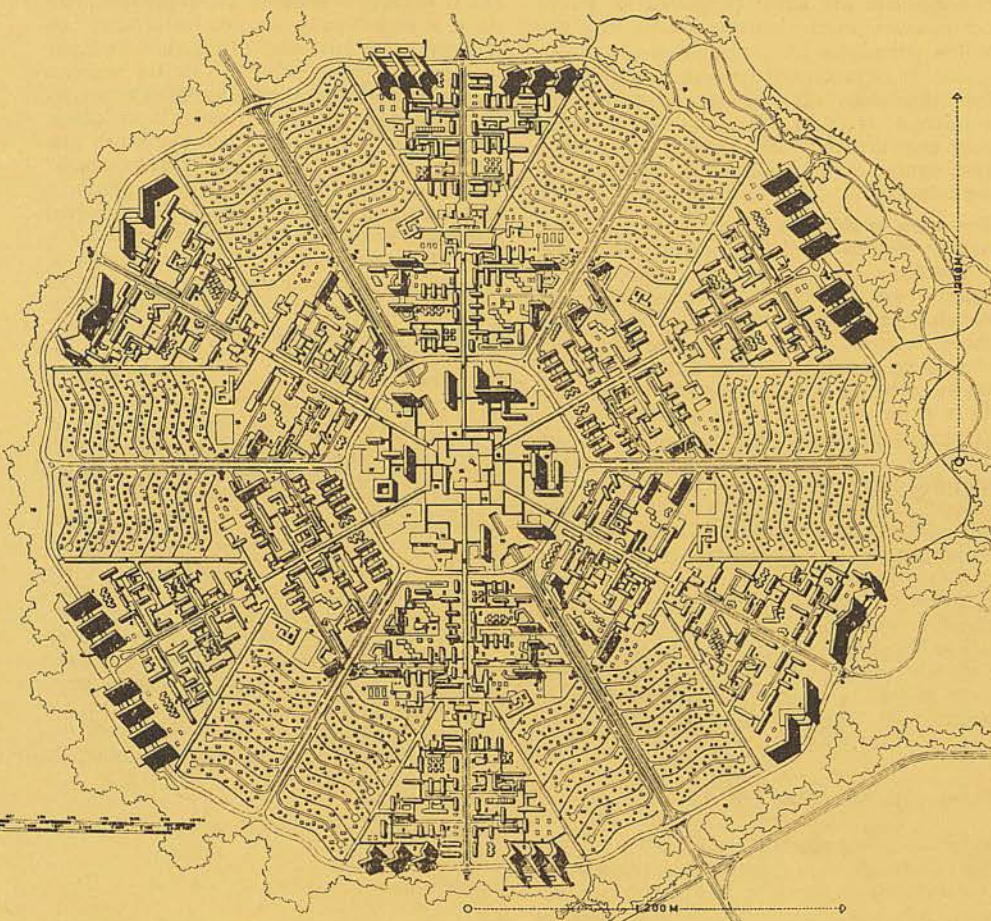
Área da Capital:	504.000 habitantes
Distritos rurais:	104.000 "
Estabelecimentos isolados:	22.000 "

Quanto à distribuição demográfica, o padrão ocupacional da população foi estabelecido de tal maneira a resultar numa comunidade equilibrada, constituindo a base da terminação das necessidades de moradia e de serviços. Os índices utilizados foram derivados das médias brasileiras, modificadas de acordo com as tendências previsíveis. O projeto segue, contudo, uma diretriz conservadora, de maneira a evitar uma variação demasiada em relação às condições atuais. Não se tratando nem de uma região industrial, nem de uma região agrícola (a população rural limitar-se-á a satisfazer as necessidades locais), a parte da população ocupada na indústria e na agricultura, é pequena.

A Capital segundo o projeto

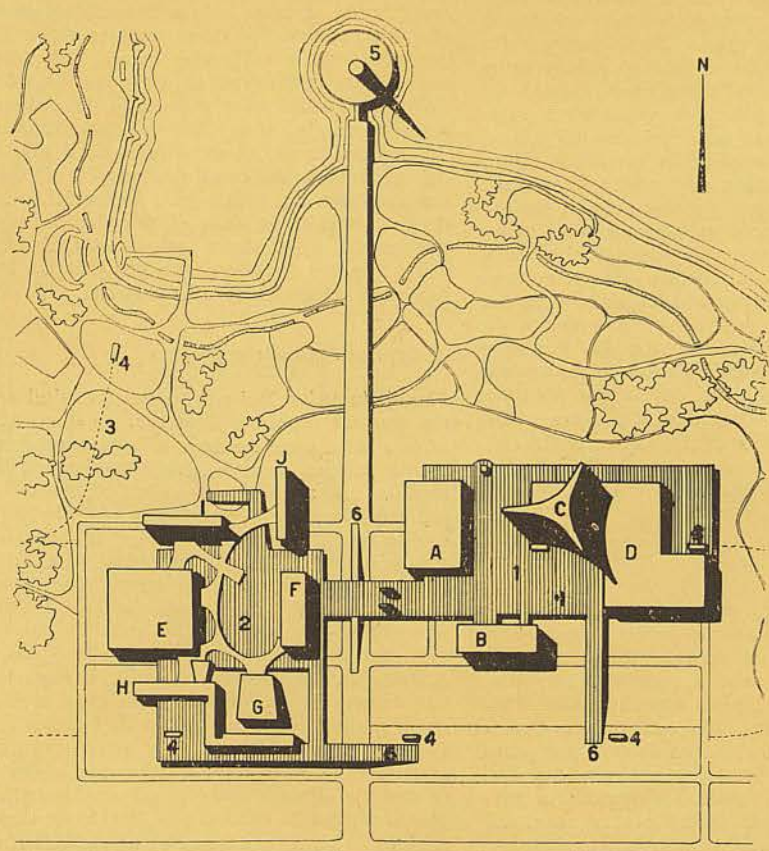
Planejada pelos Roberto, a nova capital seria uma metrópole polinuclear, em que cada núcleo seria uma unidade urbana completamente integrada, com 72.000 habitantes. À medida que a cidade crescesse, conforme já indicamos, cresceria não a população de cada núcleo, e sim o número destes. Quanto ao Parque Federal, o projeto reúne nele apenas os departamentos governamentais que têm participação direta nas decisões do governo e na formulação de seus diretores, mais aqueles possuidores de "um alto valor simbólico". Não segue, contudo, o tradicional sistema de um edifício para cada ministério: prefere "certa agregação de funções relacionadas, um sistema que parece muito mais flexível e adaptável às transformações". O tipo de terreno onde se erguerá Brasília, plano, com suave ascensão na direção do lago, permitiu que se evitassem as amebóides cos-

- 1 UU1 "Administração do Distrito Federal"
 - 2 UU2 Comunicações
 - 3 UU3 Finanças
 - 4 UU4 As artes
 - 5 UU5 Ciências e letras
 - 6 UU6 Bem estar social
 - 7 UU7 Produção
 - 8 Parque Federal
-
- A Praça dos Três Poderes
 - B Praça da Cultura
 - C Bosque da História
 - D Residência de Hóspedes Oficiais (atual hotel em construção)
 - E Parque da Residência Presidencial
 - F Auditório ao ar livre
 - G Farol
-
- 9 Embaixada, Grandes Hotéis, Grandes Residências
 - 10 Iate Clube
 - 11 Hospital Federal
 - 12 Estádio
 - 13 Estação de Barcas
 - 14 Clubes de Remo
 - 15 Campo de Golfo
 - 16 Clube de Hípismo e Polo
 - 17 Cemitério
 - 18 Porto Ferroviário e Rodoviário (terminal, Desvios e pátio de carga da Estrada de Ferro, Armazém de Mercadorias, Armazéns Frigoríficos, Depósitos de Materiais de Construção e de Inflamáveis, Silos e Moinhos de Cereais, Serrarias, Matadouro, Fábrica de Concreto e Pré-Moldados, etc.
 - 19 Aeroporto
 - 20 Belvedere (ponto culminante), Restaurante, Rádio.
 - 21 Parque da Península
-
- A Hipódromo
 - B Parque de Diversões, Arena, Exposições Industriais
 - C Aero-Clube
 - D Zoo e Jardim Botânico
 - E Estádio de Remo
 - 22 Parques, Reserva
 - 23 Floresta



Unidades Urbanas

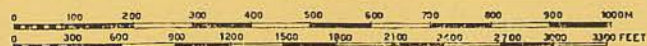
- 1 Habitações individuais
- 2 Habitações coletivas
- 3 Centro vicinal
- 4 Escola Primária
- 5 Igreja
- 6 Centro do Sector
- 7 Clube
- 8 Escola Secundária
- 9 Passagem Coberta e Calçada Mecânica
- 10 Pósto de Serviço
- 11 Passagem Coberta
- 12 Pósto de Serviço e Oficina Mecânica
- 13 Campos de Esporte e Play-Ground
- 14 Administração, Profissões, Cultura, Assistência, Serviços
- 15 Compras e Diversões
- 16 Praça da Unidade
- 17 Estacionamento
- 18 Linha de Trânsito Rápido
- 19 Parque e Mata



Parque Federal

- 1 — Edifício do Legislativo
- A — Praça dos Três Poderes
- B — Edifício do Judiciário
- C — Edifício do Executivo
- D — Edifícios da Economia, do Trabalho e Defesa.
- 2 — Praça da Cultura
- E — Museu e Galeria Nacional
- F — Biblioteca
- G — Teatro
- H — Edifício da Ciência
- I — Secretariado
- J — Internacional
- 3 — Ferrovia subterrânea
- 4 — Estação da Ferrovia
- 5 — Usina Elétrica
- 6 — Rampa.

No terreno nivelado, atrás das praças:
Acessos ao parque e aos edifícios.



tumeiras, tomando-se o partido da estrita disciplina, debaixo de padrões simples e lógicos. Cada unidade urbana constituirá um círculo com um raio de 1.200 metros, distância que pode ser facilmente percorrida, a pé, em cerca de 15 minutos. Numa área de 5.000 metros viveriam 72.000 habitantes, o que aproveitaria as vantagens da densidade suficiente, sem os males do congestionamento. Todas as unidades teriam um "status" equivalente, sem áreas suburbanas e sem satélites. Cada uma delas seria uma cidade completa, com todos os elementos necessários a uma moderna comunidade urbana. Cada uma conteria unidades básicas, ou áreas residenciais, com os necessários centros comerciais e sociais. Cada área residencial teriam uma média de 3.966 habitantes, numa área de 225.000 metros quadrados. As 792 famílias previstas para cada bairro seriam distribuídas da seguinte maneira:

Servidores federais trabalhando na unidade	150 famílias
Servidores federais trabalhando no Parque Federal	90 "
Negócios e Serviços no centro da unidade	217 "
Negócios e serviços em setores da unidade	85 "
Negócios e serviços na área residencial da unidade	70 "
Trabalhos independentes	120 "
Construção	50 "
Militares	12 "
Total	792 "

Quando aos negócios e aos serviços, os planejadores examinaram diversas soluções, preferindo, finalmente, distribuir a área necessária aos negócios e serviços em centros localizados nas áreas residenciais, em centros localizados em setores da unidade, e no próprio centro, ou âmagos da unidade, cada um com funções específicas e racionais.

Meios de transportes

O problema do tráfego foi minuciosamente estudado no projeto Roberto. Segundo este, o esquema polinuclear adotado, e a organização compacta distância surpreendentemente pequenas. Enquanto nas maiores cidades do mundo a média aproximadamente 6 a 12 quilômetros (15 no Rio), na capital planejada pelo Roberto as distâncias a percorrer, entre trabalho e residência, seriam: dentro do bairro, 150 metros; dentro do setor, 350 metros e dentro da unidade urbana, 600 metros. Distâncias tão curtas que eliminariam o uso de veículos particulares ou coletivos. De maneira que o projeto prevê a construção de pistas rolantes, de cerca de 80 metros cada, protegidas ao sol e da chuva e que sairiam bem mais baratas que um sistema de ônibus ou de "trolley-bus". O projeto não elimina, contudo, as ruas, que continuam a existir dentro de cada unidade. Contudo, seria limitado à recreação e ao transporte de carga ou uso de veículos motorizados. Entre as unidades haveria um sistema rápido de trânsito, de superfície, porém elevado nos cruzamentos e

subterrâneos nas vizinhas do âmagos de cada unidade e do Parque federal.

Pormenores das unidades urbanas

Segundo o projeto, cada unidade urbana teria seu próprio caráter. As sete unidades previstas no plano conteria, cada uma:

Unidade 1: Administração regional: administração de serviços regionais e metropolitanos, serviços estatísticos nacionais, escolas e instituições de pesquisas dedicadas à economia e à administração.

Unidade 2: Comunicações: órgãos centrais de transporte nacional e sistema de comunicações; centros de educação técnica.

Unidade 3: Finanças: centro financeiro metropolitano, escritórios federais que tratam de dinheiro, bancos, impostos e orçamentos; grandes firmas particulares de investimentos.

Unidade 4: As artes: centro metropolitano de arte, teatros, "music-hall", artesanato, escolas de arte, música, dança, residências de famílias mais abastadas, embaixadas.

Unidade 5: Ciências e Letras: departamentos nacionais que tratam de educação e cultura; conselhos de administração da universidade; escolas de filosofia, ciências e letras; educação física.

Unidade 6: Bem-Estar público: centros de pesquisas médicas e sociais; organizações nacionais de bem-estar-social; organizações trabalhistas.

Unidade 7: Produção: Departamentos nacionais de supervisão e assistência das atividades de produção; planejamento econômico; conservação dos recursos naturais.

O centro, ou âmagos, de cada unidade, ocupa uma área central de cerca de meio quilômetro quadrado. Nessa área se reúnem os locais de trabalho, as lojas, os centros de diversões, etc. Enquanto os grandes edifícios de escritórios se encontram afastados do centro mais ruído, as lojas e os centros de diversão se reúnem estreitamente em torno da praça.

Agricultura e reservas naturais

O projeto prevê as zonas que serão reservadas para o controle das condições mesológicas, impedindo, por exemplo, a localização de estabelecimentos agrícolas demasiado perto das bacias fluviais. A zona rural do Distrito Federal é dividida, pelo projeto, em distritos e em áreas administradas pelo governo. Os distritos são dez, cada um com seu centro urbano. As áreas administradas pelo governo seriam compostas de florestas, de áreas fluviais, de parques de caça e pesca, etc., tudo tendo em vista a proteção e preservação.

Estrutura social

O projeto prevê a estrutura social da área de maneira a que não haja grupos desfavorecidos, mas zonas residenciais, áreas de más condições sanitárias, etc. Na cidade planejada pelo Roberto, os cidadãos residiriam em imediato contacto com seu trabalho, público ou privado, de maneira a estimular um governo responsável.

A mudança é uma realidade

Convidado pelo Prof. Benedito Silva, o Dr. Ernesto Silva, diretor administrativo da NOVACAP, pronunciou, na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, em 14 de maio passado, a seguinte conferência:

Introdução

Idéia secular, acalentada através dos anos pelos mais ilustres homens de nossa Pátria, constitui hoje realidade a transferência da capital do Brasil para o interior, graças à pertinácia de uns, ao esforço denodado de outros e, principalmente, à evolução, ao discernimento, à compreensão do povo brasileiro e ao entusiasmo com que a Nação — governantes e governados — se lança definitivamente à solução do grandioso problema.

Dos brilhantes artigos escritos, há mais de um século, por Hipólito José da Costa, do idealismo de José Bonifácio de Andrada e Silva, da persistência do Visconde de Porto Seguro, dos trabalhos estafantes, minuciosos e seguros de Luiz Cruls, de Poli Coelho, Caetano de Castro e José Pessoa chega-se hoje à

realidade dos fatos: erguer-se-á no Planalto Central do Brasil a mais bela, a mais pujante, a mais moderna capital de um País.

Vantagens da Mudança

A enumeração das vantagens dessa transferência seria talvez ociosa. Cumpre, entretanto, frisar que os fatores sociais, políticos, e econômicos influem decisivamente no aparecimento das cidades, forças essas que impulsionam a reunião dos homens para a criação de aglomerações urbanas.

A localização, no litoral, da capital do Brasil-Colônia, Império e República poderia ser explicada até certo tempo pelo fato de o mar constituir, então, a única via capaz de promover a Unidade política.

Mas, quando os transportes a vapor começaram a influir decisivamente na economia dos povos, aparece, com cunho oficial, na Constituição de 1891, a primeira indicação de transferência da capital. Hoje, com os modernos meios de comunicações e com os transportes aéreos, criando "novos módulos de tempo e espaço", justifica-se plenamente





Dr. Ernesto Silva.

transferência da sede de Governo para o local indicado, pela sua posição central, não somente "em relação ao espaço territorial brasileiro, mas também em relação ao espaço geográfico continental e extra-continental", processando-se o "necessário equilíbrio entre as vantagens do espaço e as conveniências da posição geográfica da nova capital do Brasil".

A Escolha do Local

A escolha do local para o futuro Distrito Federal foi feita após longos anos de estudos minuciosos sobre o solo, o clima, a flora, a fauna, o potencial hidráulico, a salubridade... Belcher afirma em seu relatório final: "O Brasil deve ser louvado pelo fato de ser a primeira Nação na História a basear a seleção do sítio de sua capital em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições de clima e beleza".

Nos dias de hoje, após a constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, sob a presidência desse brasileiro ilustre e denodado que é Israel Pinheiro e graças à convicção, à fé e ao apoio do Presidente Juscelino Kubitschek, uma incessante e febril atividade invadiu o planalto central goiano.

As providências determinadas pela Diretoria da Companhia permitiram transfigurar, em pouco tempo, aquele bucólico e agradável recanto do Estado de Goiás.

Quem conheceu o local da Nova Capital e hoje lá vai, começa a crer na vitória da idéia e experimentar a certeza do empreendimento.

As Obras

Já se acham construídos os escritórios da Companhia (imensos galpões metálicos cobertos de telhas de alumínio); uma rede de abastecimento d'água, com reservatório de 250 mil litros; onze casas para diretores e chefes, cinco residências confortáveis para engenheiros casados, dois alojamentos para 120 funcionários solteiros; dois alojamentos para 400 operários solteiros; várias casas de madeira para funcionários e trabalhadores casados, o hotel e a estação de passageiros do aeroporto, outros prédios provisórios destinados ao funcionamento de certos serviços, o ambulatório, a agência e o moderno hospital do I.A.P.I., o eficiente restaurante do S.A.P.S. — que fornece alimentação farta, barata, higiênica, a escola primária para 320 alunos; oficina mecânica, serralha, olaria, postos de gasolina, almoxarifados, restaurante para os funcionários, posto de segurança, campo de esporte, uma graciosa ermida, além de duas residências na fazenda do Gama, uma das quais destinada ao Sr. Presidente da República e seus convidados. Junte-se a isso o reparo permanente das estradas regionais e a abertura de outras, locais, para ligação entre os diferentes setores de trabalho.

A obra mais importante, porém, já em fase de conclusão é o aeroporto comercial. Terá ele uma pista de 3.300 metros de extensão por 45 de largura. Em 2.400 metros, já recebeu revestimento asfáltico permitindo a operação de aeronaves de todos os tipos e cujo batismo se deu a 2 de abril deste ano, quando ali desceu o avião Viscount, que levou a Brasília o Presidente Juscelino Kubitschek.

Acham-se também em acelerada construção o Palácio Presidencial e o Hotel de Turismo.

Saúde

No setor médico-educacional, o Departamento Nacional de Endemias Rurais desenvolve intensa atividade em toda a área do Distrito Federal, já executando um levantamento epidemiológico das endemias rurais, já combatendo as existentes, já determinando medidas preventivas. O Departamento Médico da Companhia submete todos os trabalhadores admitidos ao exame médico e às vacinações anti-amarílica, anti-tífica e anti-variólica.

Outras Realizações

Entre o D.N.E.R. e a NOVACAP foi firmado convênio de delegação, mediante o qual a segunda tomou a seu cargo a construção de duas grandes rodovias, que ligarão Brasília a Anápolis e a Belo Horizonte.

Por esse convênio a Companhia Urbanizadora executará todos os trabalhos da aludida construção, inclusive assistência técnica, ficando o D.N.E.R. com a atribuição de fiscalizar, do ponto de vista técnico, a observância, por parte da construtora, das normas e padrões gerais estabelecidos em lei para o Plano de Obras Rodoviárias Federais.

Nessa ordem de idéias, a C.U.N.C.B. expediu carta-convite a 16 conceituadas firmas desta capital e dos Estados, que apresentaram propostas para os serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica para o trecho Anápolis-Brasília, sendo vencedores a Coenge S.A., Rodoférrea, Construtora Rabelo, Camargo Corrêa e Empresa Beta de Construções. Essa rodovia, de vital importância, estará concluída a 31 de dezembro do corrente ano e terá a extensão de 130 km.

"Núcleo Bandeirante"

Um fato, entretanto, merece ser destacado. É a leva humana que, guiada pela fé, chega diariamente àquelas paragens e se instala na chamada "cidade provisória" ou "núcleo bandeirante". Verdadeiro pioneirismo. Autêntico movimento bandeirante.

Várias Instalações

Já se acham instalados cinco bancos, seis hotéis, vários restaurantes, padarias, armazéns, farmácias, casa de saúde (ainda em construção), matadouro, empresa de transporte, agência de automóveis, enfim, uma infinidade de casas comerciais.

Vida Nova

Dentro em breve, três anos — se Deus quiser — estará Brasília em condições de ser habitada: uma cidade jardim; misto de cidade e de campo, onde o trabalho será mais agradável, onde homens e mulheres poderão desfrutar de alegrias e viver em sociedade, onde as crianças encontrarão proteção e ambiente propício ao desenvolvimento de suas atividades, onde a vida, enfim, não será tão cruel e tão áspera.

O impacto da mudança da Capital Federal para o interior e a presença do Governo central naquelas plagas, ao lado das já conhecidas vantagens, promoverá a renovação da vida rural, o desenvolvimento dos campos, a transformação das pequenas cidades, restabelecendo o equilíbrio entre o litoral e o interior e tornando possível e definitiva a marcha para o oeste.

Esclarecimentos sobre a construção de Brasília

Em sucessivas entrevistas e conferências, através da imprensa, rádio, televisão ou em auditórios especiais, o Sr. Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP, tem prestado numerosos esclarecimentos sobre a natureza, as condições e o sentido da realização de Brasília. Reproduzimos, aqui, sinteticamente, alguns pontos esclarecedores da opinião pública.

Custo da nova capital

Os investimentos de realização direta da NOVACAP em Brasília não importarão, conforme estudos já elaborados, em mais de 12 bilhões de cruzeiros, e serão executados com o produto da venda dos lotes da nova capital, sem pesarem em nada, absolutamente nada, no Orçamento da União. Essas atividades iniciais da Companhia Urbanizadora correspondem à construção da rede de abastecimento de água e energia elétrica; aos arruamentos; à construção das sedes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; e à edificação dos Ministérios.

Brasília e o Orçamento

A construção de Brasília é auto-financeável, e afora os trabalhos de instalação, a carga da NOVACAP, tudo mais ficará atribuído à iniciativa privada: entre os investimentos particulares incluem-se aqueles que serão feitos pelos Institutos de Previdência Social, na construção de residências para os seus próprios associados. As dotações consignadas no Orçamento (1958) e que dizem respeito à Brasília, não se destinam às obras da nova capital e sim à construção de estradas de acesso ao futuro Distrito Federal e a convênios entre a NOVACAP e o Ministério da Agricultura.

Quanto às estradas, em primeiro lugar, não poderiam ser construídas pela Companhia Urbanizadora, porque a lei que criou a NOVACAP limitou as suas funções aos trabalhos de localização, urbanização e edificação de Brasília; em segundo lugar, essas rodovias e ferrovias fazem parte de planos nacionais de viação e visam ao interesse geral do país.

As verbas dos convênios com o Ministério da Agricultura destinam-se ao fomento da produção animal e vegetal em Brasília. É um procedimento comum daquele Ministério com todos os Estados da Federação.

Materiais de construção

Não há falta de materiais de construção, como areia, pedras, barro, etc., para as obras da NOVACAP, na região de Brasília. A três

quilômetros, apenas, das instalações da Companhia, encontram-se abundantes depósitos de areia grossa; e a 35 quilômetros ficam os depósitos de areia fina. Por outro lado, embora Brasília não disponha, ainda, de fábrica de cimento, e esteja transportando ferro de São Paulo e Belo Horizonte, o metro quadrado de construção varia entre 7 e 8 mil cruzeiros, preço inferior aos vigentes no Rio e na capital paulista: isso se explica pelo mais baixo custo da mão de obra.

Transporte de materiais

A quase totalidade do material de construção para Brasília tem sido transportada por via terrestre. O transporte aéreo se reduziu a uma carga de 140 toneladas, em aparelhos da FAB, na fase inicial das instalações urgentes e quando as grandes chuvas tornaram as estradas intransitáveis. Outras três ou quatro viagens destinaram-se a transporte de mercadorias que habitualmente são conduzidas pelo ar.

Estruturas metálicas

A NOVACAP contratou com a firma americana "Raymond Concret Pile Co" a montagem das estruturas metálicas dos edifícios dos Ministérios em Brasília, mediante emprégo de técnica especializada que ainda não possuímos e pelo sistema de administração contratada, na base de oito por cento. O custo total da montagem, incluindo o material, não irá além de 400 a 500 milhões de cruzeiros. Os edifícios propriamente ditos (enchimento, instalações e acabamento, representando mais ou menos três quartos da obra) serão entregues a construtores brasileiros. Os trabalhos de montagem serão feitos à razão de dois edifícios por mês, num total de sete meses. Conclusão em 1960.

O sistema de estrutura metálica importa em economia de tempo e de custo, em relação ao sistema de concreto armado. A compra de material nos Estados Unidos se deve à total impossibilidade de ser o mesmo fornecido pela siderúrgica de Volta Redonda. As necessidades de Brasília absorveriam 50% da produção da usina, prejudicando, sobretudo, a linha de fabricação de trilhos e outros materiais de primeira importância e urgência para o desenvolvimento nacional. O presidente da República, antes de autorizar a importação das estruturas americanas, consultou o general Edmundo de Macedo Soares, sendo informado de que esse era o caminho mais certo, tendo em vista que Volta Redonda não está podendo, sequer, atender aos pedidos de rotina.

Visita Brasília

a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados

Os deputados que compõem a Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara atenderam ao convite da direção da NOVACAP para uma visita a Brasília, nos dias 3 e 4 de junho. A comitiva parlamentar da qual faziam parte também diversos jornalistas, era chefiada pelo deputado Wagner Estelita, presidente da Comissão onde estão sendo votadas verbas no total de 300 milhões de cruzeiros, para a construção de estradas de ligação a Brasília ou para serviços do Ministério da Agricultura na nova capital.

Formavam a caravana os deputados Wagner Estelita, Souto Maior, Tarso Dutra, Martins Rodrigues, Ranieri Mazzilli, Janduí Carneiro, Waldemar Rupp, Milton Brandão, Getúlio Moura, Benedito Vaz, Raimundo Padilha, Armando Lages, Osvaldo Lima Filho, Celso Peçanha, Castilho Cabral, Leite Neto, João Agripino, Mário Martins, Frota Aguiar, Guilherme de Oliveira, Ostojá Rogushi, Filadelfo Garcia, Lerner Rodrigues e Jocelino Carvalho.

Os parlamentares e jornalistas visitaram todas as obras da nova capital, orientados pelo presidente da NOVACAP, Sr. Israel Pinheiro, que discorreu sobre as condições do solo e do clima de Brasília, as fontes de abastecimento, o ritmo dos trabalhos e a destinação das verbas orçamentárias relativas ao futuro Distrito Federal. Demonstrou o Sr. Israel Pinheiro que essas verbas dizem respeito a serviços e obras de interesse geral do país e que escapam à própria atribuição legal da NOVACAP. A construção de Brasília é auto-financeável.

Impressões dos deputados

— “Se a construção de Brasília equivalesse a toda previsão da despesas de um orçamento da República, mesmo assim valeria a pena realizá-la”. Essa foi a opinião do deputado Mário Martins, da UDN carioca, após ter visitado as obras da nova capital.

Deputado Wagner Estelita:

— “Acredito plenamente no empreendimento. É a terceira vez que visito Brasília e em cada viagem me convenço da realidade da nova capital, que o governo está construindo. “Podemos confirmar a impressão que tínhamos do local, excelente por muitas outras razões. Se alguém ainda tinha dúvida sobre o sucesso dos trabalhos que vêm sendo empreendidos, bastou para dissipá-la a visita

que fizemos à capital do meu Estado, hoje uma progressista cidade e, no entanto, construída com recursos incomparavelmente menores. É comum ouvir-se dizer que o governo pretende destinar mais de 4 bilhões de cruzeiros para a construção de Brasília, mas, posso afirmar, ao todo as dotações na atual proposta orçamentária atingem a pouco mais de 300 milhões. Quanto ao mais, o que está havendo é uma certa prioridade na liberação de algumas verbas destinadas à construção de vias de acesso e outras obras complementares, porque Brasília propriamente dita é auto-financeável!”.

O ritmo das obras

O deputado Ostojá Rogushi (UDN — Paraná) assim se manifestou:

— “Tive a melhor impressão sobre o andamento das obras. O projeto está sendo rigorosamente observado. Tudo está sendo feito dentro de um plano, e o que é mais, com muita seriedade. O Palácio Presidencial está na primeira lage e o Hotel nos alicerces. A cidade provisória já conta com cerca de 10 mil habitantes, segundo me foi dito. O Sr. Israel Pinheiro acha que o que se tinha em vista conseguir foi obtido, no que diz respeito ao local onde está sendo erguida a nova Capital. As qualidades desejadas — segundo o presidente da NOVACAP, eram referentes ao clima, à solidez do solo, à topografia e à existência de água, no que Brasília satisfaz. Outro argumento seu é o de que não seria razoável construir uma cidade em terras para a agricultura: ainda mais, Brasília se destina a ser uma cidade burocrática e o seu abastecimento regular poderá ser feito com a produção de terras férteis que lhe são muito próximas.

Levar a civilização para o interior

O Deputado Janduí Carneiro (PSD — Paraíba) declarou:

— “É boa a minha impressão. Estive em Brasília pela primeira vez e acho que devemos ajudar o empreendimento por todos os modos. A mudança da capital é imperiosa, porque só assim será possível levar a civilização ao interior do país. Acredito que até 1960, teremos funcionando em Brasília os poderes da República. Digo isto, não só porque conheço o pensamento do governo, como porque indo lá, vi em todos o maior desejo de concretizar essa aspiração. Brasília se desenvolverá e será uma grande cidade, disso

não tenho dúvida. Se é certo que o cultivo das suas terras só é possível com o auxílio da técnica, por outro lado acreditamos que o seu abastecimento não constituirá problema; a uma hora de viagem por automóvel — 40 ou 50 quilômetros — temos duas cidades, Luzitânia e Anápolis, sendo que esta última já foi capital do Estado de Goiás”.

Ainda dentro da sua linha de otimismo, afirmou o parlamentar nordestino:

— “Acredito que Brasília possa no futuro facilitar a irradiação do progresso, beneficiando indiretamente regiões como o Nordeste. De qualquer forma é um gesto de coragem do Presidente da República, que está acima de qualquer crítica, porque nada mais faz que cumprir uma determinação e a vontade do Congresso Nacional”.

Brasília será a capital ainda neste governo

O Deputado Tarso Dutra (PSD — Rio Grande do Sul) declarou:

— “Confio plenamente no propósito governamental. Lá em Brasília será implantada a nova capital, não há a menor dúvida. Só não tenho esperanças é de que venha a se tornar uma grande cidade, por faltar condições ao seu pleno desenvolvimento. Tudo me leva a acreditar que o governo transferirá para o planalto goiano a capital do Brasil”.

Boa a localização da nova Capital

O Deputado Leite Neto (UDN — Sergipe) declarou:

— “Sou um entusiasta da mudança da capital. Fiz mesmo parte da Comissão de Localização da Nova Capital, comissão esta constituída em cumprimento a um dispositivo constitucional. As obras estão sendo atacadas com muito vigor e, se não houver esmorecimento por parte do governo, estaremos em breve com este problema resolvido. Irá sem dúvida possibilitar a recuperação de uma zona muito importante como é a Amazônia. A localização não podia ser melhor, pois fica no centro geográfico do país, entre as três mais importantes bacias hidrográficas — a do Amazonas, a do São Francisco e a do Paraná. Quanto à qualidade das terras, confesso que não é boa, mas podemos ficar tranquilos porque ali iremos construir edifícios, podendo o abastecimento ser feito de lugares próximos, onde há mananciais e a terra é fértil”.



Dr. Iris Meinberg

Na oportunidade do lançamento das "Obrigações Brasília", o Dr. Iris Meinberg, Diretor Financeiro da NOVACAP, prestou à imprensa estes esclarecimentos:

"A operação consiste no lançamento de um empréstimo por meio de títulos denominados "Obrigações Brasília". Este empréstimo tem a garantia do Governo Federal e os títulos são vendidos pelo seu valor nominal (Cr\$ 1.000,00 por unidade), sendo o seu prazo de resgate de 6 anos. Oferecem as seguintes vantagens, além da garantia já mencionada: 1.º) juros de 8% a.a.; 2.º) prioridade para a aquisição de lotes de terreno da Nova Capital; 3.º) pagamento de juros semestralmente; 4.º) ágio de 10% sobre o valor do título, quando aplicado na aquisição de lotes de terrenos, o que vale dizer, exemplificando: 100 títulos "Obrigações Brasília" são adquiridos por Cr\$ 1.000,00 cada um, sendo que a Novacap os recebe em pagamento de lotes pelo valor de Cr\$ 110.000,00, resultando daí um ágio de Cr\$ 10.000,00. Prosseguindo, disse o Dr. Meinberg: "Em relação à construção da Nova Capital, a "Obrigações Brasília" representa uma antecipação de receita que pode ser assim demonstrada: segundo cálculos devidamente estudados, o produto da venda dos lotes de terrenos em Brasília cobrirá, de sobejo, as despesas com a referida construção. Entretanto, os planos e projetos, necessários ao lançamento à venda do loteamento em foco, só agora se encontra em fase de conclusão. Sendo assim, a Novacap está concretizando o empréstimo consubstanciado na "Obrigações Brasília", para reforço dos recursos que lhe são necessários, empréstimo este cujo pagamento se fará com parte do produto da colocação do loteamento". E para finalizar suas declarações, acrescentou o Dr. Iris Meinberg: "Vale notar que, a despeito do pequeno espaço de tempo existente entre a data do lançamento da "operação" e a hora presente, a aceitação de tais títulos tem sido surpreendente, verificando-se grande movimento na coloca-

ção de títulos em tôdas as partes do País. Além do mais, organizações que virão a se estabelecer em Brasília, tais como Institutos, estabelecimentos bancários e outras, são tomadoras compulsórias desses títulos". O prazo para subscrição das "Obrigações Brasília" se encerrará, impreterivelmente, a 31 de dezembro do corrente ano".

Recenseamento de Brasília

Em março último, por iniciativa do diretor administrativo, Sr. Ernesto Silva, fez-se o primeiro recenseamento geral de Brasília. O resultado apurado foi de 2.013 habitantes, sendo 1.369 homens, 248 mulheres e 396 crianças, assim distribuídos: Acampamento da "NOVACAP": 646 homens, 110 mulheres, 182 crianças; Acampamento da "COENGE S/A": 54 homens, 13 mulheres, 16 crianças; Acampamento da "METROPOLITANA": 127 homens, 28 mulheres, 25 crianças; Acampamento da "RABELO S/A": 309 homens, 20 mulheres, 22 crianças; Acampamento da "ENAL": 25 homens, 2 mulheres, 3 crianças; Cidade "BANDEIRANTE": 208 homens, 75 mulheres, 148 crianças. Há um total de 1.430 adultos alfabetizados e 186 analfabetos, o que dá 13% de analfabetos.

"A Primeira pedra do monumento"

"O presidente de Portugal manifestou o desejo de visitar Brasília, a futura Capital do Brasil. Os portugueses, que fundaram a primeira capital do Brasil, na Bahia, ficam deste modo ligados à criação da nova Capital brasileira. E eu lancei a idéia, que gostaria de ver realizada, de que na presença dos Chefes de Estado das duas nações irmãs fosse lançada a primeira pedra para um grande monumento à comunidade luso-brasileira, na principal praça de Brasília". Ministro Paulo Cunha, no Jornal do Comércio, de 1-6-57.

O lançamento da "Obrigações Brasília"

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap)

Sede Brasília.

Escritório no Rio: Av. Almirante Barroso
n.º 54, 18.º andar.

Presidente:

Dr. Israel Pinheiro da Silva.

Diretores:

Dr. Bernardo Sayão de Carvalho Araújo.

Dr. Ernesto Silva.

Dr. Iris Meinberg.

Conselho de Administração

Presidente:

Dr. Israel Pinheiro da Silva.

Membros:

Dr. Adroaldo de Junqueira Aires.

Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho.

General Bayard Lucas de Lima.

Dr. Epílogo de Campos.

General Ernesto Dornelles.

Dr. Erasmo Martins Pedro, secretário.

Conselho Fiscal

Membros:

Dr. Herbert Moses.

Dr. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves.

Major Mauro Borges Teixeira.

Dr. Vicente Assunção, suplente.

Atos da Diretoria

A Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em suas reuniões de 3, 10, 17 e 24 de abril, tomou as seguintes resoluções:

a) a cessão das instalações do restaurante dos funcionários para uso do clube social esportivo;

b) a construção de uma praça de esporte na área situada entre os rios Guará e Vicente Pires;

c) a aquisição de um motor Cartepillar de 250 KVA, pelo preço de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros);

d) a criação, no Departamento de Urbanismo e Arquitetura, da Divisão de Urbanismo;

e) a construção de uma escola primária e uma capela na área em que se acham localizados as residências e os alojamentos de funcionários e operários.

Atos do Conselho

O Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em sua reunião de 25 de abril, apreciou o Balanço e Contas do exercício de 1956, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, e remetidos ao Tribunal de Contas. O Conselho autorizou ainda a aquisição na firma Lion S. A. Engenharia e Importação, de um grupo Diesel Elétrico "Caterpillar" modelo D-337.

Atos da Diretoria

A Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em sua reunião do dia 8 de maio, deliberou confirmar os termos da carta enviada à firma RAYMOND CONCRETE PILE COMPANY, autorizando-a tomar as primeiras providências que deverão servir de base à lavratura do contrato para construções em Brasília.

Atos do Conselho

O Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em sua reunião de 8 e 15 de maio, autorizou a Diretoria realizar, por administração contratada, o movimento de terras na zona urbana de Brasília. O Conselho aprovou, por unanimidade, a resolução n.º 4, que autoriza a operação de crédito com o EXPORT AND IMPORT BANK OF WASHINGTON. Também por unanimidade foi aprovado o Plano de Contas, do Regimento do Departamento de Finanças, e das Normas Gerais da Contabilidade da NOVACAP.

Termo de acôrdo para convênio entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital e o Ministério da Agricultura, para Florestamento na área da Nova Capital do Brasil.

Aos 21 dias do mês de maio de 1957 nesta Cidade do Rio de Janeiro, na conformidade da letra "d" do art. 2.º combinado com o item 3 do art. 3 da Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956, que dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências e, ainda, do "Acôrdo para um Programa de Agricultura e Reservas Naturais", estabelecido entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o dos Estados Unidos da América, em 26 de junho de 1953, e aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 20, de 8 de maio de 1956, o Ministério da Agricultura, representado pelo Sr. Ministro Mário Meneghetti, (daqui por diante referido como Ministério), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, representada pelo

seu Presidente, o Engenheiro Israel Pinheiro da Silva, nomeado por Decreto de 25 de setembro de 1956 (daqui por diante referido como Novacape) e o Escritório Técnico de Agricultura, representado pelo seu Co-Diretor Brasileiro, Dr. Alberto Martins Tôrres, nomeado por Decreto de 13-12-56, publicado no "Diário Oficial" da mesma data, e seu Co-Diretor Americano, Sr. Ralph E. Hansen, aceito conforme carta n.º 985, do Sr. Ministro da Agricultura, publicado no "Diário Oficial" de 17 de agosto de 1956, (daqui por diante referido como "ETA") firmaram o presente convênio com o fim de promover estudos e efetivação de serviços relativos à produção agrícola na área rural do futuro Distrito Federal.

Cláusula Primeira

Este convênio tem por finalidade o emprego de recursos combinados das partes contratantes, num programa de trabalho destinado a planejar e iniciar a produção agrícola, promovendo o desenvolvimento das zonas rurais do Distrito Federal.

Cláusula Segunda

Para a manutenção dos trabalhos e serviços decorrentes deste Convênio fica instituído, com as contribuições adiante previstas, um "Fundo de Produção Vegetal do Novo Distrito Federal" também denominado "Projeto ETA n.º...", movimentado pelo Executor do convênio, devendo as contribuições em dinheiro de qualquer uma das partes contratantes serem depositadas no Banco do Brasil S. A. em conta-corrente, em nome do Projeto ETA n.º ... como subtítulo "Fundo de Produção Vegetal do novo Distrito Federal".

Cláusula Terceira

À mesma conta serão recolhidos todos os juros, rendas ou proventos advindos do Fundo, de sua aplicação e dos serviços por ele realizados.

Cláusula Quarta

Além das contribuições em dinheiro para o "Fundo da Produção Vegetal do novo Distrito Federal", as partes contratantes poderão pôr à disposição dos serviços a serem executados por força deste convênio outras contribuições em pessoal, material, equipamentos, instalações, veículos, bens móveis e imóveis, além de verbas orçamentárias normais ou de outras proveniências que serão aplicadas na forma da lei que a elas se referirem.

Cláusula Quinta

As contribuições em dólares do "ETA" obedecerão às normas estabelecidas pelo "Acôrdo", no item dois do artigo VI.

Cláusula Sexta

As contribuições em dinheiro das partes contratantes serão entregues em prestações trimestrais iniciadas após a aprovação do programa de trabalho.

Cláusula Sétima

O material permanente fornecido pelas partes contratantes para a execução dos serviços oriundos deste convênio será sempre de propriedade das mesmas, não podendo ser retirado sem aquiescência das demais partes.

Cláusula Oitava

Todos os bens imóveis e móveis, materiais e equipamentos, animais ou quaisquer ou-

tras aquisições feitas com recursos do "Fundo de Produção Vegetal do Futuro Distrito Federal" findo ou rescindido o presente convênio, serão de propriedade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para os fins previstos na Lei número 2.874, de 19 de setembro de 1956.

Cláusula Nona

As benfeitorias, construções ou instalações realizadas em bens de qualquer das partes contratantes passarão a integrar os mesmos.

Cláusula Décima

Serão as seguintes as contribuições de cada uma das partes contratantes:

§ 1.º Ministério da Agricultura, através do seu Departamento Nacional da Produção Vegetal e repartições a êle subordinadas:

a) Para o Fundo de Produção Vegetal do Novo Distrito Federal a importância total de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), por conta da seguinte verba: 12 — Departamento Nacional da Produção Vegetal. Despesas de Capital, Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social. Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime, etc., Subconsignação 3.1.03 — Desenvolvimento da Produção, 129 Fomento de Produção Vegetal no novo Distrito Federal, mediante convênio com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — Brasília, art. 4.º, anexo 4, subanexo 4.12 — M.A., da Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, cujo crédito foi deduzido e escriturado na contabilidade da Divisão do Orçamento do D.A., para ser movimentada de acordo com a Lei n.º 1.489, de 10 de dezembro de 1951 e será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil, nesta Capital ou em suas Agências nos Estados;

b) O pagamento do seu próprio pessoal — designado para colaborar na execução dos serviços — decorrentes deste convênio;

c) Assistência técnica, informações de serviços normalmente prestados por suas repartições e estabelecimentos para maior participação do aludido Departamento Nacional da Produção Vegetal na execução dos programas de trabalho provenientes deste convênio.

§ 2.º A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap):

a) Para o fundo de Produção Vegetal do Novo Distrito Federal, a importância em dinheiro no valor de 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros);

b) Pagamento de seu próprio pessoal designado para colaborar na execução dos serviços decorrentes deste convênio;

c) Assistência técnica, informações e serviços ao alcance de seus órgãos e estabelecimentos, os quais mediante entendimentos com os respectivos chefes participarão mais intimamente na execução dos trabalhos provenientes deste convênio.

§ 3.º O Escritório Técnico de Agricultura (ETA):

a) Para o Fundo de Produção Vegetal do Novo Distrito Federal a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), que correrá à conta da Lei n.º 2.996, de 10-12-56, art. 4.º, anexo 4, subanexo 4.12. M.A., 07.04.02 — D.O. — Enc. Div. — Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos. Subconsignação 1.6.23 — Diversos, 2) Manutenção do Escritório Técnico de Agricultura;

b) Material de importação ou despesa no exterior até o valor em dólares de..... US\$ 10.000,00 (dez mil dólares);

c) Assistência técnica até a despesa de US\$ 14.000,00 (quatorze mil dólares), cabendo-lhe por conta desta consignação, o pagamento de seu próprio pessoal designado para colaborar na execução dos serviços e trabalhos decorrentes deste convênio.

Cláusula Décima Primeira

As partes contratantes, de comum acordo, e dentre os técnicos lotados no, escolherão um executor para o presente convênio, que será designado pelo Ministro da Agricultura e terá plena autoridade e completa responsabilidade, na execução de programa de trabalho e do orçamento, previamente aprovados. O executor, que deverá residir em Brasília, sob pena de substituição, observará o bom e fiel desempenho de sua missão; sendo-lhe concedida uma gratificação mensal arbitrada pelas partes contratantes.

Cláusula Décima Segunda

Todo o pessoal, inclusive técnicos brasileiros e americanos, pôsto à disposição dos serviços decorrentes deste convênio, ficará subordinado ao Executor, a quem caberá decidir sobre a condução de seus trabalhos.

Cláusula Décima Terceira

Compete ao Executor:

a) apresentar, antes do começo de cada exercício, um programa de trabalho de produção vegetal em que substancie a produção de sementes, mudas, enxertos, etc., bem assim, a realização de cultivos destinados ao início de abastecimento do núcleo populacional da nova capital, principalmente de gêneros perecíveis, bem como o de trabalho de extensão agrícola e de defesa das culturas e do solo, para aprovação das partes contratantes;

b) movimentar o "Fundo de Produção Vegetal do Novo Distrito Federal" ou outros recursos postos à sua disposição;

c) apresentar às partes contratantes trimestralmente, relatório sucinto dos trabalhos realizados, apontando os progressos obtidos e dificuldades a serem removidas, bem como um balancete de caixa acompanhado da relação das despesas efetuadas;

d) apresentar às partes contratantes, até o dia 31 de janeiro de cada ano, relatório completo das atividades desenvolvidas no ano imediato anterior, acompanhado de demonstração de despesas realizadas à conta do "Fundo de Produção Vegetal no Novo Distrito Federal" e à conta de verbas orçamentárias específicas.

Cláusula Décima Quarta

As contribuições referentes aos anos subsequentes serão acordadas pelas partes contratantes dentro dos recursos financeiros e orçamentários.

Cláusula Décima Quinta

A duração do presente convênio será de três anos financeiros, inclusive o atual, entrando somente em vigor depois de aprovado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo da União por qualquer indenização caso seja denegado o seu registro e está, por força de lei, isento de pagamento de selo.

Cláusula Décima Sexta

Para coordenar os trabalhos e serviços decorrentes do presente convênio com outros semelhantes ou da mesma natureza, que tenham sido ou venham a ser assinados por qualquer uma das partes contratantes a que tenham por objetos serviços ligados as atividades rurais do novo Distrito Federal, será constituída uma Junta Coordenadora dos Trabalhos Rurais do Novo Distrito Federal. § 1.º A Junta Coordenadora será constituída sob a Presidência do Diretor do Departamento de Terras e Agricultura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e de um representante designado pelo Ministro da Agricultura, com os Executores de todos os acordos, convênios ou contratos na forma deste artigo.

§ 2.º Caberá à Junta estabelecer seu regime de trabalho, sendo suas decisões ou deliberações obrigadas a todos os Executores.

Cláusula Décima Sétima

No caso de rescisão deste convênio os saldos em cruzeiros, depois de liquidados todos os débitos provenientes dos encargos assumidos por força de suas disposições, reverterão às partes contratantes proporcionalmente às contribuições até então efetivadas.

Cláusula Décima Oitava

O presente convênio poderá ser rescindido mediante o consentimento das partes contratantes ou por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, sem motivo justificado.

Cláusula Décima Nona

A supervisão, a fiscalização, a orientação geral, a aprovação dos programas de trabalhos e orçamento, serão feitos conjuntamente, pelas partes contratantes, competindo, a cada uma delas, sempre que o julgar conveniente, a fiscalização dos trabalhos e contas decorrentes do convênio.

Cláusula Vigésima

As partes contratantes se reunirão, por representantes devidamente credenciados, na primeira quinzena de cada trimestre para apreciação das contas, aprovação do plano e programa de trabalho, podendo, entretanto, reunirem-se fora dessas épocas quando convocadas por qualquer uma das partes ou pelo Executor do Convênio.

§ 1.º A convocação será feita por escrito e as decisões serão tomadas pelo voto da maioria presente.

E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, lavrou-se o presente, o qual depois de lido e achado certo, vai assinado pelas partes acordantes já mencionadas, pelas testemunhas: Aylton Vasconcellos, Moacyr Loures Figueiras e por mim Ierecê Pinto de Vasconcellos, Escrevente Dactilógrafo referência 21, com exercício na Seção de Execução da Divisão do Orçamento, do Departamento de Administração, que o dactilografarei.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1957. — Mário Meneghetti. — Israel Pinheiro da Silva. — Alberto Martins Torres. — Raph. E. Hansan. — Aylton Vasconcellos. — Moacyr Loures Figueiras. — Ierecê Pinto de Vasconcelos.

(Publicado no D.O. de 24 de maio de 1957, Seção I, pág. 12.909).



**GARANTA SEU LOTE
EM BRASÍLIA**

comprando



«OBRIGAÇÃO BRASÍLIA»



**Emissão garantida pelo
Governo Federal**

**10% de ágio na compra
de seu lote, além de 8%
de juros ao ano.**

**Preferência para a escolha
de seu lote na nova Capital
do Brasil**

**COMPRE-A NOS BANCOS AUTORIZADOS
E NOS CORRETORES**

Senado Federal



SEN00170575

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

(de acordo com a Lei n. 2874, de 19-9-1956)